RBCE
Revista Brasileira de Ciências do Esporte

Artigos Originais

Formação Continuada de professores de Educação Física na Rede Estadual do Espírito Santo: uma caracterização

Continuing Education of Physical Education teachers in the State Education Network of Espírito Santo: a characterization

Formación continua de profesores de Educación Física de la Red Estadual de Espírito Santo: una caracterización

Maurício Vagner Guimarães[a] Felipe Quintão de Almeida[b]*

Palavras-chave:
Formação continuada;
Educação Física;
Docência;
Escola.

RESUMO

Este artigo descreve a atual política de formação de professores da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo. Analisa 407 eventos formativos promovidos pela SEDU entre os anos de 2013 e 2023. Constata o avanço das formações no formato EaD, além da privatização do programa de Formação Continuada da área de Educação Física. Conclui que o governo estadual não tem atendido à legislação no que tange à garantia do acesso a programas de Formação Continuada em Educação Física.

Keywords:
Continuing Education;
Physical Education;
Teaching;
School.

ABSTRACT

This article describes the current teacher education policy of the State Department of Education of Espírito Santo. It analyzes training events promoted by the State Department of Education (SEDU) between 2013 and 2023. Besides that, it observes the progress of qualification in the distance learning format, in addition to the privatization of the continuing education program in the Physical Education field. It concludes that the state government has not complied with the legislation with regard to the access to continuing education programs in the teacher's area of expertise.

Palabras clave:
Formación continua;
Educación Física;
Enseñanza;
Escuela.

RESUMEN

Este artículo descibe la actual política de formación docente de la Secretaría de Educación del Estado de Espírito Santo. Analiza 407 eventos de capacitación promovidos por la SEDU entre 2013 y 2023. Señala el avance de la formación en el formato EaD, además de la privatización del programa de Formación Contínua en el área de Educación Física. Se concluye que el gobierno del Estado no ha cumplido com la legislación respecto a garantizar el acceso a programas de Formación Contínua en Educación Física.

[a]Secretaria de Educação do Espírito Santo – SEDU. Venda Nova do Imigrante, ES, Brasil.
[b]Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Colegiado de Educação Física. Petrolina, PE, Brasil.

***Autor correspondente:**
Felipe Quintão de Almeida
E-mail: fqalmeida@hotmail.com

Recebido em 13 de setembro de 2024; aceito em 01 de dezembro de 2025.

Editores(as) responsáveis:
Editor Executivo: Pedro Otavio Pimpim Bezerra
Editor Assistente: Fernando Cavalcante
Editora Associada: Christiane Macedo
Editor Chefe: Ari Lazzarotti Filho

DOI: https://doi.org/10.1590/rbce.48.e20240086

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

Pereira et al. (2023) apontam que o ofício de mestre está relacionado a uma série de fatores sociais e pessoais que vão se construindo ao longo da vida e da carreira docente. Indicam, ainda, que esse processo vai se transfazendo através das diversas interações sociais das quais o sujeito professor participa. Trata-se de uma construção pessoal e, ao mesmo tempo, coletiva. Aspectos familiares, religiosos, políticos e emocionais, entre muitos outros elementos, influem sobre a identidade docente. Depois da inserção no mercado de trabalho, em que esse professor passa a colocar em prática seus conhecimentos, as experiências de Formação Continuada (FC) também começam a exercer um papel fundamental na construção de sua identidade docente. As interações desenvolvidas com os pares, colegas de profissão, são capazes de contribuir com o processo de construção da identidade profissional docente, já que:

> [...] esta construção perpassa pelas relações que estabelecemos com nós mesmos, mediada pela nossa própria interpretação das instâncias da vida social e cultural bem como pela maneira em que os outros nos veem, nos reconhecem, ou seja, desenvolve-se com base nas subjetividades e nas percepções realizadas em momentos e espaços bem determinados por meio de imagens, saberes e competências que apresentamos em momentos específicos ao agirmos. (Pereira et al., 2023, p. 2).

Considerando a importância das FCs no tornar-se professor, este artigo objetiva caracterizar a FC de professores ofertada pela Secretaria Estadual de Educação (SEDU) do estado do Espírito Santo (ES). Para tanto, identificamos, no sítio eletrônico da SEDU, os dados das formações realizadas ao longo dos últimos 10 anos. Esses registros continham os cursos oferecidos pelo Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (CEFOPE), pelas Superintendências Regionais de Educação (SRE's), bem como por outras organizações que promoveram formações requeridas pela SEDU ou com sua anuência. Não é possível afirmar que todos os cursos desenvolvidos pela SEDU estão presentes no sítio da instituição; é provável que as SRE's tenham promovido cursos que não estão contabilizados nos documentos fornecidos. Apesar disso, analisamos todo o material disponível no site da SEDU e do CEFOPE, os quais são canais de transmissão de informações e transparência.

No total, foram analisadas 407 formações, entre os anos 2013 e 2023, divididas entre capacitações; aperfeiçoamentos; especializações; e eventos formativos. Não encontramos registros entre os anos de 2019 e 2023 no sítio eletrônico da SEDU. Dessa forma, os dados de 2021 a 2023 foram extraídos, apenas do *website* do CEFOPE. Também não havia registros do ano de 2020, apenas uma nota informativa que continha o número de cursos, vagas e público-alvo.

Os cursos oferecidos foram agrupados por segmentos. Assim, as formações que envolvem recursos, metodologias de ensino e similares foram classificadas como "prática docente". Os cursos direcionados aos gestores, coordenadores, pedagogos, agentes administrativos e superintendências foram classificados como "gestão", uma vez que se tratavam de cursos direcionados aos setores que orbitam ao redor da prática docente. Os cursos direcionados à utilização de ferramentas, como *Google Sala de Aula*, lousa digital e similares, foram incluídos em "instrumentos educacionais". Por fim, os cursos com temas como prevenção da gravidez na adolescência, *bullying*, combate às drogas e similares foram incluídos na categoria "temas diversificados".

Considerando esse quadro e o objetivo anunciado, o presente artigo está organizado em um único tópico, cujo objetivo é descrever, antes das considerações finais, as estratégias de formação da SEDU do Espírito Santo.

CARACTERIZANDO A FORMAÇÃO CONTINUADA NA SEDU/ES

O Art. 214 da Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988) estabelece que o Plano Nacional de Educação (PNE) decenal deve conduzir alguns objetivos, entre eles, destacado no inciso III, a melhoria da qualidade do ensino. Essa tarefa está diretamente ligada à valorização dos profissionais do magistério, bem como à formação desses indivíduos, tendo como pilar os programas de FC. No caso da LDB 9.394/1996, "A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério" (Espírito Santo, 1996). O último PNE, que foi aprovado através da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, atende ao descrito na CF de 1988 e indica metas a serem cumpridas decenalmente. Essa mesma Lei aponta que os estados, Distrito Federal e municípios deverão, considerando suas especificidades, elaborar Plano de Educação com metas próprias, bem como estratégias para alcançá-las:

> Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. (Brasil, 2014).

No caso do Espírito Santo, o plano aprovado através da Lei nº 10.382, de 25 de julho de 2015 tem metas quase idênticas às do PNE. Destacamos, aqui, a meta 16B: "Garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada **em sua área de atuação**, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino" (Espírito Santo, 2024b, meta 16B; grifo do autor). Dessa forma, tanto a valorização dos profissionais do magistério (meta 17 do PNE) quanto a garantia de acesso à FC (meta 16B do PNE) a todos os profissionais da educação

básica em sua área de atuação estavam presentes como eixo estruturante do plano.

O Gráfico 1 demonstra a evolução do indicador 16B entre os anos 2013 e 2020. O percentual de professores que realizou cursos de FC no Espírito Santo, nos anos de 2020 e 2021, correspondia a 74,77% e 75,92%, respectivamente. A comparação mostra um avanço tímido de 1,15 ponto percentual, indicando que, se continuarmos nessa tendência, não atingiremos a meta de 100% até o ano de 2025.

EVOLUÇÃO DO INDICADOR 16B

O *site* "PNE em movimento", que reúne dados sobre o cumprimento das metas, indica que 67,4% dos professores realizaram algum tipo de curso de FC até o ano de 2017 no Espírito Santo (último ano disponível para consulta). O mesmo *website* mostra que esse foi o estado com maior índice do país, com distância considerável do estado de São Paulo, último colocado, com 23,5%.

Mesmo com a elaboração do documento "Política de Formação de Professores do Espírito Santo" (Espírito Santo, 2018), que apresenta diretrizes e estratégias para as ações formativas desenvolvidas pela SEDU, a previsão legal (Espírito Santo, 2015) indicando que os sistemas de ensino devem garantir aos profissionais da educação básica FC em sua área de atuação não tem sido cumprida e os professores vêm recebendo formações com temas transversais diversificados, como combate ao *bullying*, educação ambiental, educação em direitos humanos, gravidez na adolescência, primeiros socorros, utilização de *Google Drive*, entre outros. Apesar de importantes, essas ações não estão diretamente vinculadas às suas áreas de conhecimento e atuação. Assim, esses e outros assuntos têm dominado os programas de formação na SEDU e se dão à revelia de formações que abordam as áreas de conhecimento com debates específicos sobre a prática docente.

Além disso, os modelos de cursos oferecidos pela SEDU têm se pautado nos padrões clássicos que privilegiam uma abordagem por "[...] transferência de conhecimentos sem a preocupação com a experiência e os saberes construídos pelos professores e suas principais necessidades de formação" (Mendes Sobrinho, 2006 apud Ferreira et al., 2015, p. 291). Nesse caso, o professor em formação é concebido como um receptáculo de informações (Almeida, 2022). O que vem ganhando espaço na SEDU são experiências de FC à distância, com cargas horárias curtas e, quando presenciais, por meio de palestras, oficinas, minicursos e no modelo de educação bancária, experiências que reduzem as possibilidades de compartilhamento de práticas pedagógicas entre os docentes (Almeida, 2022).

Os dados do Gráfico 2 indicam que houve um aumento expressivo do número de vagas ofertadas pela

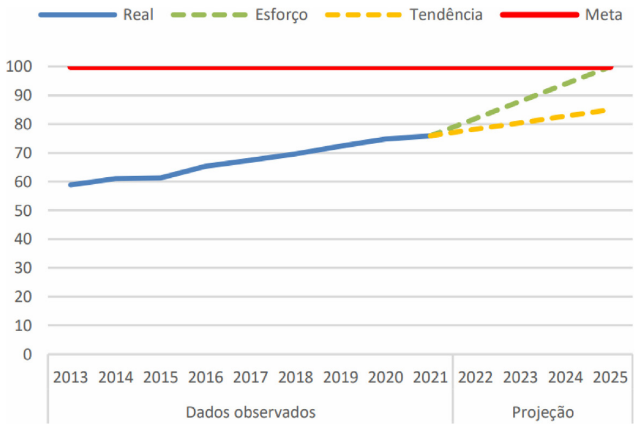

Gráfico 1. Percentual de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada entre os anos 2013 e 2020. **Fonte**: Censo Escolar – SEDU/INEP (Brasil, 2022) Elaboração: IJSN.

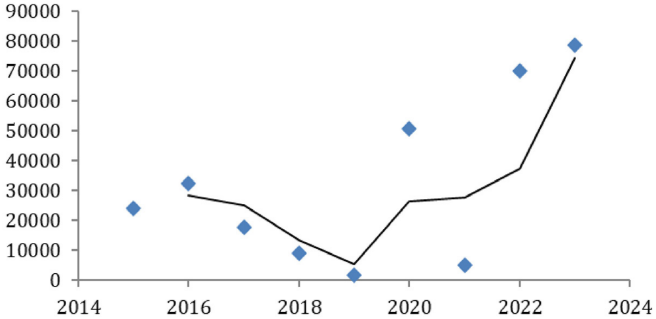

Gráfico 2. Evolução da oferta de vagas ofertadas pela SEDU entre os anos 2014 e 2023.
Fonte: SEDU/ES.

SEDU, principalmente a partir do ano de 2020. A passagem do modelo presencial para EaD explica esse aumento, principalmente a partir do ano de 2020, chegando a 78.707[1] vagas em 2023. Ao todo, foram disponibilizadas 289.982 vagas, distribuídas conforme Gráfico 2.

OFERTA DE VAGAS SEDU

Este aumento significativo da oferta de vagas parece ter sido impulsionado pela pandemia de COVID-19, fenômeno sem precedentes que impôs a todos os países o distanciamento social (quarentena), ampliando as interações digitais e, com elas, o formato de EaD (Menezes, 2021). Mesmo antes da pandemia, contudo, o formato EaD já crescia em outros segmentos da educação, principalmente nos cursos de graduação (Brasil, 2022)[2], mostrando que a pandemia não foi o único fator que influiu sobre os números.

Os cursos no formato EaD têm custos muito inferiores quando comparados aos presenciais. Braga e Pereira (2020) definem esse formato como acontecendo prioritariamente em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, podendo ocorrer encontros presenciais (principalmente para a realização de avaliações) com uma menor frequência. Os autores apontam, ainda, que, nesse formato, as aulas podem ser gravadas ou contar apenas com materiais escritos no formato digital (Braga e Pereira, 2020). Esses cursos possuem estrutura menos complexa, ampla possibilidade de alcance (número de vagas), flexibilidade de horários para realização das atividades por parte dos cursistas e o baixo custo por vaga. Ou seja, uma vez estruturado, o curso pode ser ofertado por várias vezes a um grupo ilimitado de pessoas, principalmente os cursos que têm avaliações e atividades corrigidas de forma automática pelo próprio ambiente virtual. Braga e Pereira (2020) apontam para o fato de que esse formato tem sido utilizado como forma de atender à legislação e às metas do PNE (meta 16B) que tratam do FC de professores. Não é diferente, como vemos, no caso da SEDU.

Também é possível identificar um aumento exponencial da oferta de cursos na modalidade EaD a partir de 2020, como indicado no Gráfico 3. Observa-se, ainda, que houve uma inversão no que tange à modalidade de oferta no ano 2020. Ou seja, entre 2015 e 2019, os cursos eram ofertados majoritariamente na modalidade presencial e, após o período pandêmico, houve uma inversão das ofertas.

EVOLUÇÃO DAS FORMAÇÕES EM FORMATO EAD

A expansão da oferta na modalidade EaD parece ser uma forma de conter investimentos nesse setor, uma vez que, para atender aos quase 15.000 professores da rede estadual (Majeski, 2024), seria necessário um grande dispêndio de recursos. Ou seja, para montar um curso presencial com 80 vagas, que é uma fração irrisória do montante de profissionais da rede, seria necessária a mobilização de muitos profissionais formadores, espaço físico adequado, além da logística que envolve a participação dos cursistas. A dificuldade de implantação não deve ser confundida com impossibilidade. De qualquer forma, porém, nem mesmo as formações na modalidade EaD estão sendo oferecidas por área de conhecimento.

CAMPARATIVO DA OFERTA DE VAGAS

Podemos observar, no Gráfico 4, que, com exceção do ano de 2020, todos os demais anos dispuseram de um maior número de cursos voltados para a "gestão escolar" e para "temas diversificados", com destaque para o ano de

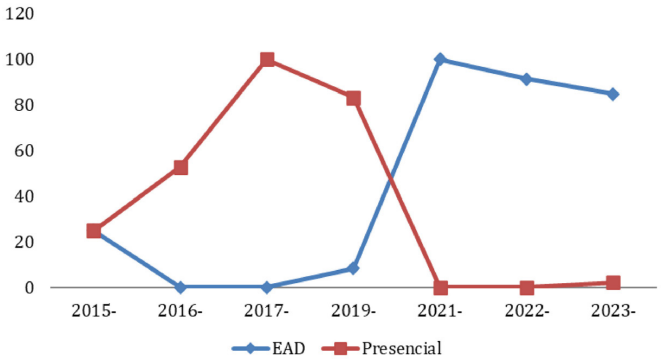

Gráfico 3. Evolução da oferta de vagas na modalidade EaD ofertados pela SEDU entre os anos 2015 e 2023.
Fonte: SEDU/ES.

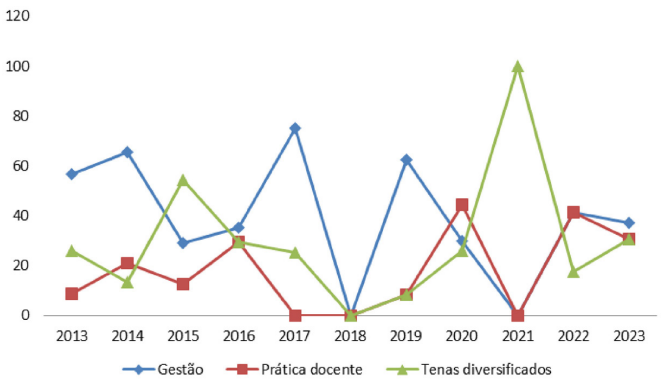

Gráfico 4. Comparativo da oferta de vagas oferertadas pela SEDU divididas entre gestão, prática docente e temas diversificados entre os anos de 2013 e 2023.
Fonte: SEDU/ES.

[1] O número elevado de vagas ofertadas é justificado pela participação dos professores das redes municipais de ensino e demais servidores da educação, como determina as diretrizes da política de formação de professores do CEFOPE (Espírito Santo, 2018).

[2] Em quatro anos (2018-2022) houve um crescimento de 190% das vagas para cursos EAD. Em 2022, por exemplo, os números revelam que foram oferecidas 17.171.895 vagas na modalidade EAD, a maioria no setor privado. Os dados também mostram que 81% das matrículas em cursos de formação inicial de professores no país foram feitas no EAD (Brasil, 2022).

2017, em que 75% dos cursos ofertados foram direcionados à "gestão escolar" e 25% trataram de "temas diversificados".

Os cursos direcionados à "gestão escolar" têm maior adesão, uma vez que, em muitos casos, não são opcionais. Geralmente participam desses cursos gestores e supervisores. Os editais de processos seletivos para os cargos de gestor indicam que os diretores deverão, obrigatoriamente, participar e serem certificados em cursos de aperfeiçoamento e atualização que se relacionem com suas atribuições sempre que ofertado, além de participar de reuniões formativas (Espírito Santo, 2024a). Outro elemento que contribui com a participação diz respeito à dinâmica de atuação desses agentes, que, diferentemente dos professores, não precisam estar na escola durante todo o horário de trabalho, podendo se deslocar para outro ambiente formativo para participar de reuniões. Já a falta ou deslocamento de um professor causa uma série de transtornos no ambiente escolar, pois outro agente ou professor precisa ser deslocado para assumir suas aulas provisoriamente. Heringer e Figueiredo (2010) identificaram que a organização curricular da escola desfavorece o acesso dos professores aos encontros formativos, pois geralmente a grade horária é estruturada de forma que, durante a aula de Educação Física, o professor de sala está em planejamento. Silva (2017) indicou dificuldade semelhante em seu estudo, demonstrando que os professores relataram dificuldades em "sair" da escola para participar de um evento formativo, já que suas ausências interferiram na rotina escolar.

O número de cursos direcionados a "temas diversificados", como temas transversais, boas escolhas *on-line*, gravidez na adolescência, *bullying* e combate às drogas, parece compor boa parte das vagas ofertadas pela SEDU. No ano de 2021, todos os cursos oferecidos abordaram essa temática, como mostra o gráfico.

COMPARATIVO ENTRE TEMAS DIVERSIFICADOS E PRÁTICA DOCENTE

É importante destacar que, além da baixa oferta de cursos direcionados à "prática docente", esses são basicamente oferecidos nas áreas de matemática, alfabetização e letramento, afunilando ainda mais o grupo de professores que têm acesso a essas formações (Gráfico 5).

Os cursos direcionados à utilização de recursos, como lousa digital, *Google Drive*, produção de vídeos e instrumentos de avaliação externa foram classificados como "instrumentos educacionais". A oferta de alguns desses cursos teve início, principalmente, no período pandêmico, em que a demanda por esse tipo de instrumento ficou acentuada. Apenas esse grupo de cursos aparece com menor frequência, quando comparado aos cursos direcionados à prática docente (Gráfico 6).

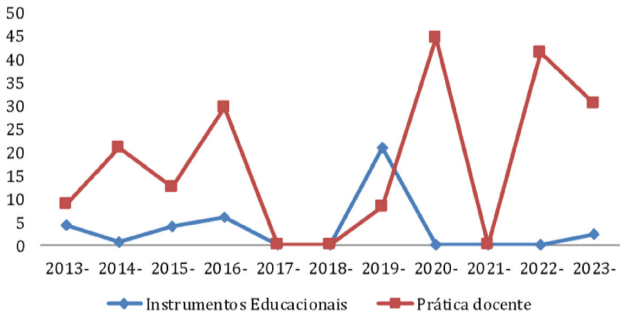

Gráfico 6. Comparativo da proporção de cursos direcionados á Prática docente x Instrumentos educacionais ofertados pela SEDU entre os anos de 2013 e 2023.
Fonte: SEDU/ES.

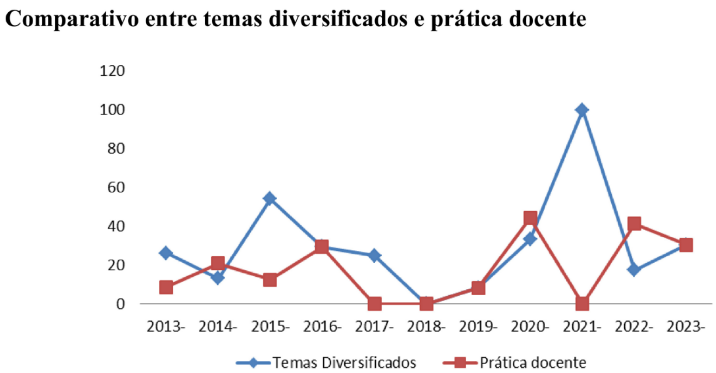

Gráfico 5. Comparativo da proporção de cursos direcionados à Prática docente e Temas diversificados ofertados pela SEDU entre os anos de 2013 e 2023.
Fonte: SEDU/ES.

COMPARATIVO ENTRE INSTRUMENTOS EDUCACIONAIS E PRÁTICA DOCENTE

Quanto à oferta direcionada à disciplina de Educação Física, identificamos apenas duas formações no ano de 2014. Um congresso de Educação Física (CONESEF)[3] e um Fórum Estadual de Educação Física e Arte, ambos realizados pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). No congresso de Educação Física, foram disponibilizadas 100 vagas, 20, 20 e 60, divididas entre Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, respectivamente. Já para o Fórum Estadual de Educação Física e Arte, foram disponibilizadas 150 vagas – o documento não informa como elas foram direcionadas, mas possivelmente foram divididas entre os professores de Educação Física e Arte. É importante ressaltar que esse "privilégio" não aconteceu para as outras áreas de conhecimento, o que mostra que a presença dos professores nesses dois eventos formativos se tratava de uma exceção, tanto que, infelizmente, eles não se concretizaram nos anos seguintes.

Ainda em relação à Educação Física, a SEDU firmou uma parceria[4], em novembro de 2021, com a plataforma "Impulsiona", com o intuito de promover cursos de FC aos professores de Educação Física na modalidade EaD. A plataforma é propriedade do instituto "Península", uma organização sem fins lucrativos dirigida por uma família de empresários que atua em vários segmentos de mercado e varejo no país (Diniz, 2010). Por meio do *website* "Impulsiona", o instituto disponibiliza cursos de formação para professores de Educação Física em parceria com o poder público. Essa ação corresponde à transferência de responsabilidade de uma ação até então atribuída ao poder público em sua totalidade" (Bezerra, 2014). Dessa forma, o poder público dá autonomia total para que esses institutos direcionem os processos formativos, terceirizando uma tarefa que era da Secretaria de Educação.

Adrião e Garcia (2014) apontam a ampliação da tendência de privatização da educação pública que vem sendo incorporada à agenda das políticas educacionais no Brasil. As autoras indicam que o polissêmico "terceiro setor" vem se tornando protagonista na agenda educacional brasileira. Segundo Silva e Souza (2009, pp. 789-790), pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para desenvolver ações de responsabilidade social. Nesse sentido, em última instância, muitas dessas ações têm interesse comercial visando ao lucro, já que a responsabilidade social é bem vista e pode ser relacionada à imagem de grandes empresas. Como afirmam Robertson e Verger (2012), "esperam retornos para seus investimentos". Por se tratarem de instituições privadas sem fins lucrativos e de utilidade pública, essas organizações contam com a isenção fiscal prevista no Art. 150 da CF-1988, o que aumenta o interesse em mantê-las, sendo inclusive um ambiente propício para promoção pessoal ou valorização da imagem de empresas.

Pereira (2023) indica que o movimento de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada vem sendo ampliado, paulatinamente, desde os anos 1990. Recentemente, teve grande repercussão a decisão do governo do Paraná, por meio Lei estadual 22.006/2024, de transferir a gestão administrativa e financeira das escolas para entidades privadas. Além de recursos, os governos estaduais têm compartilhado informações de professores e estudantes com conglomerados tecnológicos utilizando ferramentas informatizadas de gestão, como o *Google for education*. O estudo de Garcia e Adrião (2023) indicou que, no ano de 2021, apenas dois estados do Norte do país não haviam aderido a esse movimento de compartilhamento de informações educacionais a interesses privados.

O *site* da SEDU não apresenta informações sobre o número de vagas ou participantes que concluíram as formações disponibilizadas por meio dessa plataforma ou mesmo o tipo de convênio que foi firmado. Por meio do cadastro, a plataforma passa a ter acesso ao endereço de e-mail, nome completo, gênero, celular, CPF, data de nascimento, atuação, em quantas escolas trabalha, nome das escolas, município, estado e país do cursista. O *site* informa que esses dados são utilizados para desenvolver recursos e funcionalidades do próprio *site*, mas indica ainda que os termos de uso podem ser alterados sem aviso prévio e que cabe ao usuário acompanhar as mudanças. Dessa forma, ele pode ter seus dados compartilhados com outras empresas ou institutos sem aviso prévio, já que as mudanças não são comunicadas com antecedência ou sequer comunicadas, conforme termo de uso e política de privacidade[5] do *site*.

> O Instituto Península, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e sem necessidade de qualquer aviso prévio ou posterior a qualquer usuário ou terceiros, poderá: [...] **Remover, alterar e/ou atualizar no todo ou em parte** o Site bem como seus respectivos conteúdos e/ou Termos de Uso e **Política de Privacidade.** 14.2. Qualquer alteração e/ou atualização destes Termos de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no Site e deverá ser integralmente observada pelos Usuários. (Impulsiona, 2021, Grifo do autor).

A plataforma "Impulsiona" possui uma gama de conteúdos que contempla 25 cursos, 92 aulas digitais, 12 webinários e 10 propostas de construção de materiais alternativos intituladas como "Faça você mesmo". Os cursos ofertados têm seu eixo estruturante baseado nas unidades temáticas da BNCC (Brincadeiras e jogos,

[3] Congresso Espírito-Santense de Educação Física – CONESEF. Realizado no mês de setembro de 2014 pelo Centro de Educação Física e Desportos – UFES.

[4] Parceria informada por meio do *site* oficial SEDU (Espírito Santo, 2021).

[5] Termo de uso e política de privacidade, site Impulsiona (2021).

Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas Corporais de Aventura). Todos os cursos contemplam a unidade temática Esportes; os temas são variados e abordam principalmente esportes não convencionais no ambiente escolar, como tênis e rugby. O *site* também disponibiliza cursos sobre esportes inclusivos, como futebol de cegos e *goalball*. Além dessas práticas, alguns cursos são direcionados ao ensino de como instrumentalizar e "aplicar" a BNCC nas aulas de Educação Física.

As aulas digitais abrangem uma grande diversidade de temas; 83% estão baseadas na temática esportes, 30,5% contemplam a temática brincadeiras e jogos. As aulas digitais disponíveis no *site* trazem possibilidades de atividades, bem como uma contextualização do tema abordado, aproximando-se de um plano de aula finalizado. Alguns temas contemplam jogos indígenas, *doping*, luta olímpica, *parkour* e até mesmo ioga.

Os webnários estão disponíveis através de vídeos, em que alguns profissionais são convidados para tratar de temas pré-definidos com a mediação de um colaborador do "Impulsiona". Os convidados comumente são ex-atletas, profissionais de fundações como UNICEF e até mesmo professores de universidades federais.

Na aba "Faça você mesmo", um professor de Educação Física apresenta possibilidades de construção de materiais adaptados abrangendo esportes como esgrima, bocha, atletismo, surfe, entre outros. Aparentemente, apenas essa aba é totalmente estruturada e conduzida por um professor da área. Todos os conteúdos contidos no *site* são direcionados a educadores com alunos do Ensino Fundamental e Médio, não contendo propostas para a Educação Infantil.

Quanto aos membros responsáveis pela organização e desenvolvimento do *site*, não consta nenhum professor de Educação Física. A equipe é composta por cinco membros, sendo dois jornalistas, uma pedagoga, uma naturóloga e uma estudante de Pedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FC na rede estadual do Espírito Santo tem se configurado como uma forma de atender às demandas burocráticas e legislativas previstas na LDB 9.394/1996, nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação e nos estatutos do magistério, que obrigam os municípios a disponibilizarem FC aos docentes. Os dados descritos, todavia, revelaram um cenário preocupante, pois a obrigatoriedade de promover cursos de FC para docentes na sua área de atuação não tem sido cumprida no governo do estado do Espírito Santo.

A análise também revela o avanço dos cursos de FC disponibilizados no formato EaD. Apesar do alcance de um número ilimitado de cursistas, a qualidade dessa formação é comprometida, pois esse modelo acaba por privar o docente de uma série de estímulos que são experimentados apenas no formato presencial e na interação com seus pares. É necessário, portanto, investimentos sólidos nas políticas de FC de professores que abordem metodologias dinâmicas, participativas e presenciais, em que o professor possa compartilhar suas dificuldades, dialogar possibilidades de atuação com seus pares, além de problematizar e refletir sobre sua prática ao mesmo tempo em que se forma.

As formações regionais, nas quais os professores possam se reunir presencialmente com outros profissionais de sua área e compartilhar experiências e possibilidades, é o melhor caminho para contribuir com o processo formativo. Em outras palavras, a chave para a FC de qualidade pressupõe trazer o professorado para o centro do processo de formação, ou seja, torná-lo componente chave no processo de ensino-aprendizagem e não apenas um recurso em segundo plano (Arroyo, 2002; Tardif, 2002; Tardif e Raymond, 2000; Nóvoa, 2002).

No caso da FC para professores de Educação Física, a SEDU privatizou o programa, transferindo-o para o instituto "Impulsiona". Dessa forma, os temas, formato e metodologia ficam propícios a interesses externos ao do poder público e da própria comunidade escolar. É importante também destacar que essa parceria não representa uma ação que atenda de forma integral à legislação vigente. Garantir formação continuada nas áreas de atuação abrange questões complexas que perpassam a avaliação e o planejamento das secretarias de educação de forma regional e local. Solicitar que os professores preencham um cadastro em uma plataforma digital e realizem cursos de forma aleatória não deve ser confundido com política pública de formação de professores.

Sabe-se que a FC não se limita à participação de cursos após a formação inicial, mas contempla uma grande amplitude de interações que acontecem no ambiente escolar e fora dele. O resultado dessas interações dinâmicas e diárias de aprendizado contínuo resultam no formar-se professor, construindo e transformando sua identidade docente. Ações nessa direção precisam, contudo, vir combinadas com muitos outros elementos, como concursos públicos, para que o docente tenha um vínculo mais estável e contínuo em uma mesma escola; melhora da remuneração; aumento do tempo destinado ao planejamento; redução das atividades burocráticas; melhora das condições de trabalho; melhora dos espaços físicos; entre outros elementos que estão atrelados à atuação docente (González, 2020).

FINANCIAMENTO

A pesquisa contou com apoio financeiro da CAPES, na modalidade bolsa de mestrado.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

REFERÊNCIAS

Adrião T, Garcia T. Subsídio público ao setor privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. Políticas Educativas [Internet]. 2014 [citado 2023 Out 10];7(2):110-22. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/51031/31749

Almeida UR. Formação continuada de professores de Educação Física de Serra/ES: desafios e potenciais de uma parceria interinstitucional. In: Mascarenhas SA, Oliveira VJM, organizadores. Saberes docentes: Tendências, perspectivas e novas abordagens metodológicas. Manaus: Edua; 2022.

Arroyo MG. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes; 2002.

Bezerra JE Fo. Contabilidade Pública. Rio de Janeiro: Ed. Impetus; 2014.

Braga D, Pereira IAM. Políticas públicas de formação de professores e educação à distância: um caminho para o cumprimento do PNE. Jornal de Políticas Educacionais. 2020;14(33). https://doi.org/10.5380/jpe.v14i0.72131.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal; 1988.

Brasil. Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências [Internet]. Brasília; Diário Oficial da União; 25 jun. 2014 [citado 2024 Mar 12]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Brasil. Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília: Inep; 2022.

Diniz AS. Biografia de Abílio Santos Diniz [Internet]. 2010 [citado 2024 Abr 19]. Disponível em: https://abiliodiniz.com.br/biografia/

Espírito Santo. Lei n.º 9.394, de 20/12/1996. Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional [Internet]. Brasília; Diário Oficial da União; 20 dez. 1996 [citado 2024 Fev 10]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Espírito Santo. Plano Estadual de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, período 2015/2025 [Internet]. Diário Oficial do Estado; Vitória; 24 jun. 2015 [citado 2024 Mar 12]. Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/10.382.htm

Espírito Santo. Portaria N.º 185-R, de 21 de dezembro de 2018. Institui a Política de Formação de Professores do Estado do Espírito Santo [Internet]. Brasília; Diário Oficial da União; 21 dez. 2018 [citado 2024 Abr 19]. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/PORTARIA%20N%C2%BA%20185-R_Política%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%202018.pdf

Espírito Santo. Secretaria da Educação. Sedu lança parceria com a Plataforma Impulsiona [Internet]. Vitória: Secretaria da Educação; 2021 [citado 2023 Nov 13]. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-lanca-parceria-com-a-plataforma-impulsiona

Espírito Santo. Processo seletivo diretor escolar [Internet]. Vitória: Secretaria da Educação; 2024a [citado 2024 Abr 10]. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/diretorescolar.

Espírito Santo. IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves. Acompanhamento do Plano Estadual de Educação do Espírito Santo (PEE) [Internet]. Vitória: IJSN; 2024b [citado 2024 Abr 25]. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/relatorios/acompanhamento-do-plano-estadual-de-educacao-do-espirito-santo-pee

Ferreira JS, Santos JH, Costa BO. Perfil de formação continuada de professores de Educação Física: modelos, modalidades e contributos para a prática pedagógica. Rev Bras Ciênc Esporte. 2015;37(3):289-98. https://doi.org/10.1016/j.rbce.2014.01.002.

García T, Adrião T. Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos. *Profesorado.* Revista de Currículum y Formación del Profesorado. 2023;27(1):81-102. https://doi.org/10.30827/profesorado.v27i1.26245.

González FJ. Educação física escolar: entre o "rola bola" e a renovação pedagógica. In: Albuquerque DIP, Del-Masso MCS, editors. Desafios da educação física escolar: temáticas de formação em serviço no ProEF. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2020.

Heringer DAT, Figueiredo ZCC. Práticas de formação continuada em Educação Física. Movimento. 2010;15(4):83-105. https://doi.org/10.22456/1982-8918.6255.

Impulsiona. Termo de uso e política de privacidade [Internet]. 2021 [citado 2024 Jun 13]. Disponível em: https://impulsiona.org.br/termos-de-uso/

Majeski S. Levantamento realizado pelo deputado estadual Sérgio Majeski, que indica o número total de professores atuantes na SEDU/ES [Internet]. Vitória: Deputado Sergio Majeski; 2024 [citado 2024 Mar 10]. Disponível em: https://www.sergiomajeski.com.br/dts-es

Menezes JBF. Práticas de avaliação da aprendizagem em tempos de ensino remoto. Revista de Instrumentos. Modelos e Políticas em Avaliação Educacional. 2021;2(1):e021004. https://doi.org/10.51281/impa.e021004.

Nóvoa A. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: Educa, 2002.

Pereira LDS. A terceirização irrestrita e suas implicações na educação básica pública brasileira [tese]. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; 2023. https://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.205.

Pereira VM, Figueiredo ZCC, Caparroz FE. Formação docente em educação física: diálogos entre arte, cultura e estética. Movimento. 2023;29:e29053. https://doi.org/10.22456/1982-8918.128568.

Robertson S, Verger AA. Origem das parcerias público-privada na governança global da educação. Educ Soc. 2012;33(121):1133-56. https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012.

Silva BV. Formação Continuada dos professores de Educação Física: avaliando uma experiência formativa [dissertação]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo; 2017 [citado 2024 Abr 11]. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/6934

Silva MV, Souza SA. Educação e responsabilidade empresarial: "novas" modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. Educ Soc. 2009;30(108):779-98. https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300008.

Tardif M, Raymond D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educ Soc. 2000;21(73):209-44. https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000400013.

Tardif M. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes; 2002.